**EIXO 4 – VIDA COTIDIANA E PATRIMÔNIO**

**PATRIMONIALIZAÇÃO NA “NOVA” CIDADE VELHA: a atribuição de significado ao patrimônio por diferentes sujeitos**

COSTA FILHO, SIDNEY PERY DA SILVA (1); MIRANDA, CYBELLE SALVADOR (2)

1. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Cidade Universitária José da Silveira Netto, Guamá, Belém - Pa

sidney\_pery@hotmail.com

2. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Cidade Universitária José da Silveira Netto, Guamá, Belém - Pa

cybelle1974@hotmail.com

Resumo

O contraste existente entre passado e presente é algo possível de ser identificado no bairro da Cidade Velha, em Belém do Pará, onde apesar de um caráter “antigo” ainda ser muito associado à imagem do mesmo, o novo se apresenta como uma realidade existente e responsável por conferir complexidade à patrimonialização em uma parte do bairro em específico. Assim, a partir de incursões realizadas e o estabelecimento de diálogos com diferentes sujeitos, o presente artigo pretende realizar uma análise a respeito da forma como o patrimônio é compreendido em um recorte da Cidade Velha onde as renovações predominam, considerando a percepção dos moradores e também os critérios adotados pelos órgãos de salvaguarda ao patrimônio material.

**Palavras-chave:** Patrimonialização; Patrimônio Material; Cidade Velha; Percepções.

**Patrimônio, patrimonialização e patrimonialidade**

A ideia de patrimônio surge pela primeira vez como uma concepção de passado que garantiria a continuidade de uma cultura (Costa, 2004, p. 333). Ademais, o pensamento de que o mesmo corresponderia à representação de uma herança a ser conservada, a qual demanda providências para sua manutenção e transmissão, também estava atrelado à sua concepção (Poulot, 2009, p. 30).

A discussão acerca do patrimônio nos conduz, ainda, a outras questões relacionada a esta problemática, como a da patrimonialidade x patrimonialização, por exemplo. Poulot (2009, p. 27) afirma que a patrimonialização “confundia-se, mais ou menos, com a narrativa de uma socialização progressiva e generosa de coleções e títulos de propriedade: ao servir-se da pátria como ilustração, ela enaltecia o labor da ciência e os avanços da instrução pública”, enquanto que a patrimonialidade consistia em um termo usado para designar a modalidade sensível de uma experiência do passado, articulada com uma organização do saber – identificação, atribuição – capaz de autentificá-lo. Este era o pensamento predominante na Europa do século XIX, onde o patrimônio no sentido “legal” surgia com as legislações nacionais.

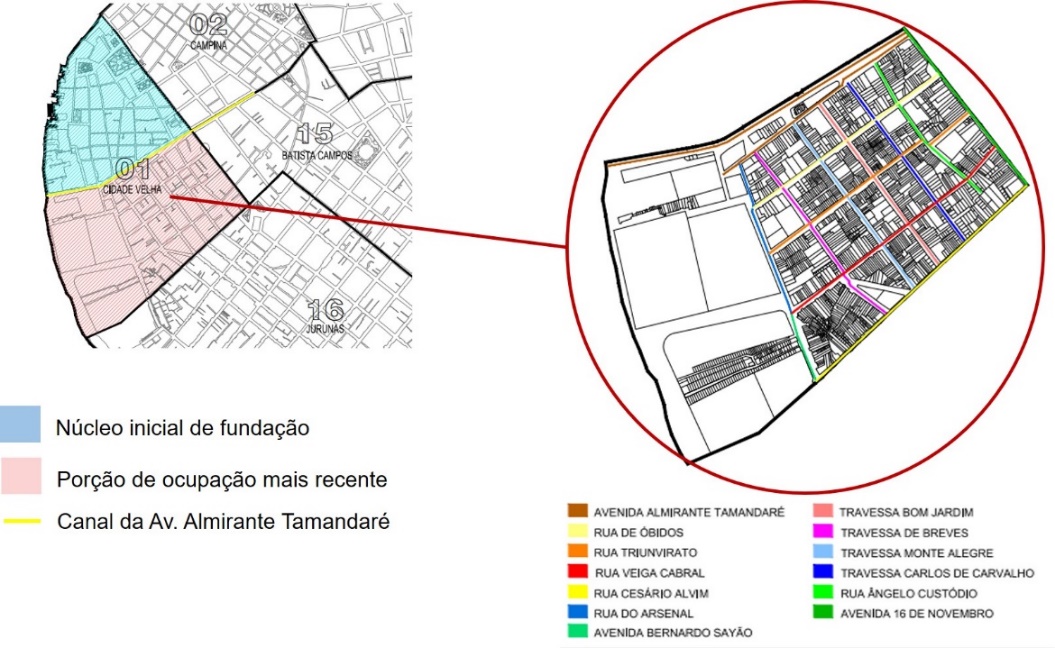
No entanto, o autor afirma que apesar de serem distintos, atualmente os dois termos são comumente confundidos. Uma abordagem renovada do fenômeno de acordo com o contexto contemporâneo propõe que a patrimonialização possui relação com o *status* de patrimônio que determinados objetos ganham; podendo tais objetos serem capazes de ocupar um lugar íntimo e sensível nas consciências individuais ou de grupos sociais. Já a patrimonialidade se relaciona ao esforço que é feito no presente para conviver em harmonia com a cultura material do passado (Poulot, 2009, p. 33). A patrimonialização, entendida como um processo de autenticar a natureza patrimonial de determinado bem, pode ainda ser considerada como um processo social que remete a um modelo coletivo de pensar o patrimônio (Verguet, 2015, p. 4).

Ao selecionar o que de fato é relevante para ser mantido como depositário de valor cultural, uma escolha é feita ao mesmo tempo em que outro elemento é preterido, ocasionando uma programação do esquecimento, num processo de ativação da memória (Bógea, 2009, p. 4). O caráter dialético de oposição entre conservação e destruição que envolve a questão patrimonial é destacado por Miranda (2016, p. 408), a qual afirma que a atitude patrimonial perpassa pela “assimilação do passado, com a metamorfose dos vestígios e restos, e a relação de estranheza com a presença de testemunhas do tempo remoto na atualidade”. Assim, de acordo com a autora, é possível que contrastes surjam a partir da coexistência entre passado e presente na contemporaneidade.

**A “nova” Cidade Velha**

O bairro da Cidade Velha em Belém é um local que, por ter testemunhado a fundação da cidade, é representante de uma herança de colonização portuguesa, sendo, por isso, protegido pelas instâncias responsáveis pela salvaguarda do patrimônio material, além de possuir parte de seus limites inscritos na poligonal que delimita o Centro Histórico de Belém (CHB)[[1]](#footnote-1). Ademais, alguns exemplares de suas edificações (principalmente aquelas situadas no núcleo antigo do bairro) fazem parte do inventário da Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), devido ao seu caráter de interesse à preservação. No entanto, existe uma parte do bairro em que predominam edificações de renovação, sendo permitida pela legislação vigente uma nova construção em seu lugar. Esta porção, de ocupação mais recente, é classificada pela FUMBEL como “Entorno do Centro Histórico” e teve seu crescimento possibilitado a partir de obras desenvolvidas desde o século XIX, mas, principalmente, a partir das décadas de 1940 e 1950 pela prefeitura do município.

Figura 1: À esquerda, mapa mostrando a divisão possível de ser feita do bairro em duas partes. À direita, ampliação mostrando a porção mais recente e o nome das vias compreendidas pelos limites da mesma. Fonte: Sidney Pery, 2021.

****

A “nova” Cidade Velha, assim, está sendo constantemente atravessada por um processo de modificação em sua paisagem, verificado com maior intensidade quando comparado à porção antiga do bairro. Apesar de também possuir edificações de interesse à preservação situadas em seus limites, nesta parte do bairro elas estão presentes em menor número, fato que torna possível dizer que o tratamento concedido à parte mais recente é diferente do tratamento destinado à parte mais antiga, o que acaba influenciando na percepção que os moradores e técnicos do patrimônio possuem a respeito do que é encontrado nessa parte do bairro e a respeito da própria definição de patrimônio.

**A apreensão do patrimônio por diferentes sujeitos**

A partir de incursões realizadas durante os meses de novembro e dezembro de 2020, foi possível conversar com moradores da porção mais recente do bairro e registrar as percepções que os mesmos possuem em relação ao local onde moram, ao bairro em si e em relação ao patrimônio. Destarte, o princípio de alteridadeao qual De Biase (2015, p. 5) se refere foi fundamental no registro de tais impressões, que acabaram por possibilitar o desenvolvimento do presente artigo. Segundo a autora, o processo de “tradução” que o pesquisador realiza, estando situado entre os mundos acadêmico e o do trabalho de campo, constitui uma experiência muito forte de transformar o outro no nosso: “eu não existo sem o outro; eu não existo se o outro não existe”.

Assim, na primeira incursão, foi possível estabelecer contato com dois sujeitos: um que preferiu não se identificar, mas será chamado de “L” e o senhor Giovani. O senhor L é morador de um edifício localizado na Av. 16 de Novembro, na face da rua situada no bairro da Campina, tendo em vista que esta avenida está situada entre os bairros da Cidade Velha e o da Campina. Quando perguntado se ele percebia a grande quantidade de exemplares arquitetônicos que possuem interesse à preservação e estão concentrados na avenida, o mesmo afirmou ter sempre admirado estas construções de caráter mais antigo e ressaltou a importância de preservá-las. Ademais, lamentou a postura das autoridades perante o patrimônio, o que, segundo ele, prejudica a preservação de nossa história.

Já o senhor Giovani, morador do bairro da Cidade Velha, relatou ser historiador e discorreu sobre a importância da preservação de edificações no bairro, lamentando o estado em que várias delas se encontram. Discorreu também sobre a colonização portuguesa na região e a contribuição desse povo para o bairro e sua arquitetura, um discurso que reforça a importância dada ao fato de a herança portuguesa ser utilizada como critério para a atribuição de valores ao bairro e suas edificações.

É possível, a partir da fala dos entrevistados, depreender que uma das grandes preocupações da população é quanto à conservação do patrimônio existente no bairro. Além do fato de serem representantes da arquitetura de determinado período que marcou a história da cidade, algumas das construções também devem seu *status* de antiguidade aos sinais que atestam a passagem do tempo; sinais estes que, segundo Riegl, explicam o valor de antiguidade atrelado ao culto moderno dos monumentos. Entretanto, segundo a perspectiva do autor a respeito do valor histórico, apesar de as forças da natureza serem irreversíveis, devem ser categoricamente evitadas, pois conduzem à exigência da intervenção humana, o que provoca o choque entre os interesses do valor de antiguidade e os do valor histórico, ainda que ambos sejam valores da memória (Riegl, 2014, p. 56-57).

Ademais, a fala dos entrevistados demonstra também uma consciência coletiva de que a salvaguarda do patrimônio material se faz importante. Essa consciência se apresenta intrinsecamente ligada à ideia de que preservar o patrimônio significa preservar o passado e, portanto, nossa história e origem em comum. No entanto, como afirma Poulot (2009, p. 12), “o patrimônio não é o passado, já que sua finalidade consiste em certificar a identidade e em afirmar valores, além da celebração de sentimentos, se necessário, contra a verdade histórica”. Miranda (2016, p. 410) complementa este raciocínio afirmando que “não se deve recorrer ao patrimônio como testemunho, e sim valorizá-lo como repositório de valor afetivo”.

Em uma segunda incursão pelo bairro, foi possível conversar com a D. Dinair, 74 anos, residente da Villa Loriga, localizada na rua Ângelo Custódio em esquina com a rua Veiga Cabral. A vila consiste em um conjunto de edificações em estilo eclético composto por oito casas, sendo que algumas já se encontram descaracterizadas. Foi provavelmente construída entre 1900 e 1940 segundo os registros da FUMBEL. No topo da edificação chanfrada da esquina era possível ler “1916”, data presente em uma inscrição hoje coberta por vegetação.

A casa de D. Dinair possui uma fachada já modificada, contando com um toldo preto, além da abertura de vãos. Um banner pendurado em uma grade anuncia os serviços oferecidos pela senhora, que trabalha como costureira. D. Dinair conta que sempre morou na Cidade Velha, porém em diferentes pontos do bairro ao longo da vida. No atual endereço ela reside há vinte e cinco anos. Afirma, em relação ao entorno de sua atual residência na época em que havia acabado de mudar, que era “*tudo velho, tudo feio*”. Ela conta que naquela época não havia asfaltamento, mas em compensação não havia tanto lixo quanto hoje. Ademais, complementa afirmando que hoje “*não tem mais árvore*”, problema que não se restringe somente ao entorno da residência da costureira, mas que pode ser atribuído ao bairro como um todo.

Durante nossa conversa, ela confirma ter feito modificações na casa, apontando para o forro e o piso. Um trecho do diálogo em particular merece destaque, no qual a mesma afirma que aquilo (a casa) era patrimônio, mas que durante as mais de duas décadas morando no local, os órgãos de proteção ao patrimônio nunca lhe deram assistência: “*é difícil manter, a prefeitura não deixa mexer em nada*”. D. Dinair prosseguiu falando que quem cuida das casas da vila são os próprios moradores e contou a respeito da ocasião em que um vizinho denunciou a obra que a mesma estava realizando em um banheiro, o que acabou “*não dando em nada*”, apesar da visita de um agente do patrimônio.

O discurso de D. Dinair reforça a relativa consciência, por parte dos moradores, a respeito do patrimônio e suas políticas de preservação. No entanto, existe uma dificuldade por parte de tais sujeitos em conseguir manter as edificações preservadas e fazer com que as mesmas se adequem às necessidades do presente, tendo em vista a burocracia e a falta de subsídios que encontram, na maioria das vezes, em tentativas de estabelecer um diálogo com as diferentes instâncias que atuam na salvaguarda do patrimônio material. Esta barreira existente na articulação entre população e órgãos de proteção ao patrimônio contribui para dar originar o chamado “o monstro do patrimônio”, personificando, na visão dos moradores, uma imagem temível e implacável acerca das instâncias de preservação e seus técnicos, com a função de punir qualquer transformação no espaço; quando, na verdade, a distância entre moradores e técnicos deveria ser cada vez mais encurtada (Tutyia, 2013, p. 183).

A fala da moradora me remeteu, ainda, à ocasião em que, em outubro de 2019, durante o processo de elaboração de meu Trabalho de Conclusão de Curso, tivemos oportunidade de visitar a FUMBEL. Naquele momento conversamos com a então diretora do Departamento de Patrimônio Histórico, Tainá Arruda. A mesma afirmou que a poligonal definida pela fundação a partir da Lei 7.709/94 para a demarcação do CHB e seu entorno foi traçada levando em conta como critério os imóveis e/ou a malha urbana do chamado “núcleo inicial de fundação”. Dessa forma, os imóveis ecléticos são os predominantes no bairro como um todo, seguidos por aqueles que possuem traços coloniais, e, assim, estas são as linguagens arquitetônicas capazes de definir o que deve ser preservado ou não.

Apesar de a FUMBEL, assim como outras instâncias, possuírem autonomia e considerarem os contextos locais de onde atuam, é possível perceber que os critérios a respeito do que é considerado patrimônio ainda são sobremaneira enviesados pelo que foi selecionado e classificado como patrimônio histórico e artístico durante a chamada “fase heroica”, mais representativo de um restrito grupo de intelectuais do que do povo brasileiro como um todo e que conduziu ao surgimento do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Bispo, 2011, p. 6).

Ademais, o fato de o termo “preservação” ter sido por tanto tempo relacionado unicamente ao instrumento do tombamento fez com que fosse reforçada na população a ideia de que as políticas de patrimônio são intrinsecamente conservadoras e elitistas, privilegiando bens que se referem aos grupos sociais de tradição europeia (no caso da Cidade Velha, especificamente os portugueses), identificados no Brasil com as classes dominantes (Fonseca, 2003, p. 61-62). Este fator também contribui para o afastamento e o “temor” da população em relação ao patrimônio, aqui entendido como uma entidade.

A técnica Tainá Arruda também chamou a atenção para a existência de imóveis que possuem uma determinada linguagem arquitetônica (por exemplo a colonial), mas que sofreram a inserção de elementos ao longo do tempo; acréscimos, que, no entanto, não podem ser classificados efetivamente como “descaracterização”. Ela considera ainda ser importante manter a ambiência da Cidade Velha, visto que a mesma é capaz de remeter ao período de fundação do bairro e da cidade.

A questão da ambiência é possível de ser relacionada ao conceito de *lugares de memória* desenvolvido por Pierre Nora, tendo em vista que a busca por manter preservada uma unidade arquitetônica remetente a determinado período nos conduz a estes lugares intencionais onde a memória se cristaliza e se refugia, não sendo atingidos pela inexorabilidade do tempo e permitindo o retorno a um passado que perdeu o sentido nas dinâmicas da vida moderna (Bispo, 2011, p. 23-24). Nora afirma que esse sentimento de curiosidade por tais lugares surge devido a um:

Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (Nora, 1993, p. 7).

Assim, o surgimento dos lugares de memória constitui uma reação ante a aceleração da história. Ainda segundo Nora (op. cit., p. 8), “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares”. Além disso, manter a ambiência também implica a utilização do recurso à história, o qual atua como uma autoridade e um procedimento de legitimação porque dissipa a plausibilidade e clama por correção e exatidão. Dessa forma, é estabelecido um domínio sobre o objeto e um controle do conhecimento do passado, um poder simbólico (Verguet, 2015, p. 8).

A técnica do patrimônio afirmou ainda que “*o cuidado é o mesmo*” em relação à atenção concedida pela FUMBEL à porção “patrimonial” (núcleo inicial) e à porção mais nova do bairro. Ademais, acrescentou que a integração entre as instâncias federal, estadual e municipal é essencial para que o trabalho de proteção ao patrimônio dê certo, bem como a educação patrimonial e o diálogo com moradores (Costa Filho, 2019, p. 55-56).

Sobre a integração entre as diferentes instâncias, a profissional enfatiza que embora cada uma tenha sua própria delimitação de centro histórico, muitas vezes existem pontos em que coincide a atuação de mais de uma delas. Ademais, cada instância possui sua própria concepção acerca do que deve ser preservado ou não. Ela exemplifica a situação discorrendo sobre a estética do raio que o parta[[2]](#footnote-2), também presente nesta parte do bairro, mas que possui interesse apenas a nível local. Apesar de seu valor, no inventário da FUMBEL não é possível encontrar registro de edificações que apresentem essa estética. As que mais se aproximam de um estilo modernizante são as classificadas como protomodernas pela instituição, sendo que a grande maioria destas já foi demolida.

Na ocasião da visita à FUMBEL, consultamos o Inventário de Bens de Interesse à Preservação da Cidade de Belém, o qual possui a catalogação destes bens em fichas nas quais encontramos dados e imagens das edificações. A partir de fotografias das fichas dos imóveis da Villa Loriga foi possível estabelecer comparações e ver quais foram as mudanças ao longo do tempo. O registro original data do ano de 1994, portanto, anterior ao estabelecimento de D. Dinair no local.

Algo que D. Dinair também menciona em seu relato é que as casas da vila antigamente possuíam uma cor “*amarela, quase bege*”, diferente de hoje, quando as mesmas possuem tons de amarelo, verde, vermelho e azul. Quando perguntada se tem conhecimento sobre quem poderia ser Loriga, que empresta o nome à vila, a senhora respondeu que provavelmente deve ter sido “*um português*”, suposição feita devido à contextualização histórica. De fato, é provável que a vila tenha tido, no processo de sua fundação, a participação de algum indivíduo de raiz lusitana, visto que Loriga é o nome de uma freguesia localizada a 300 km de Lisboa, Portugal. A cidade de Belém foi o principal destino para onde muitos emigrantes a partir da segunda década do século XIX, no maior êxodo da emigração loriguense, decidiram partir em busca de melhores condições de vida. A preferência por Belém se devia à localização da cidade, o que barateava o preço das viagens. No entanto, foram muitos os loriguenses que também se fixaram em Manaus. Até o ano de 2017, a comunidade loriguense em Belém contava com 17 membros naturais genuínos de Loriga, mas que perpetuaram suas raízes por meio de seus descendentes.

D. Dinair afirma ainda que a edificação chanfrada da esquina localizada ao lado de sua casa já teve diversos usos, dentre eles açougue, antiquário e bar; mas que, no entanto, está há nove anos sem uso, e que a corretora cobra um valor de dois mil reais para alugar e quatrocentos mil para vender, quantia considerada “*fora da realidade*” por D. Dinair.



Figura 2: Imagem da Villa Loriga pertencente ao inventário da FUMBEL. Fonte: Sidney Pery, 2019/FUMBEL, 1994.

Figura 3: A Villa Loriga e o detalhe da inscrição “1916” na edificação chanfrada da esquina, situada ao lado da casa de D. Dinair. É possível observar as alterações realizadas na casa da costureira, como a abertura de vãos e a adição de um toldo. Fonte: Sidney Pery/ Google Maps, com modificações feitas pelo autor, 2019.



A costureira afirmou morar com o filho e que a insegurança pública no local é uma constante, algo que eu pude constatar estando ali por conta do fraco movimento na rua. Ela contou que já foi assaltada cinco vezes e que a presença de câmeras instaladas nas cercanias não intimida os assaltantes. Mesmo uma ronda contratada pelos moradores não conseguiu amenizar o problema. Ela confessou também ter pouco contato com os vizinhos e que para ela isto não é um problema, pois prefere assim. Em mais de duas décadas morando no local, afirma ter adentrado a casa de uma única vizinha, com a qual possui mais contato: “*eu não conheço ninguém, o pessoal que me conhece*”.

Apesar de durante a vida toda ter morado no bairro e de gostar mais do perímetro onde mora atualmente, D. Dinair afirma querer ir embora da Cidade Velha: “*a Cidade Velha foi muito boa*, [...] (hoje) *Cidade Velha é o fim do mundo!*”. O lugar para o qual a mesma sente vontade de mudar é a Cidade Nova, localizada em outro extremo da região metropolitana, na chamada “Nova Belém”. Segundo a entrevistada, a Cidade Nova oferece “*mais opções*”, levando em consideração que é uma região em constante desenvolvimento, o que justificaria sua escolha.

A fala da entrevistada chama a atenção, visto que em relação aos habitantes do bairro entrevistados ao longo da pesquisa sobre a Cidade Velha, ela é a primeira que fala sobre o lugar onde mora com um tom de desdém em certa medida, expressando urgência em se desvincular do mesmo. A costureira não esquece dos tempos passados, reconhecendo que eles foram bons. No entanto, mesmo com a localização privilegiada no centro da cidade, próximo ao centro comercial, *shopping*, supermercados e outros serviços, considera que, no presente, o bairro já não supre suas necessidades, que é algo já ultrapassado e que deve ser superado em função do novo, daquilo que representa novas possibilidades.

Um discurso diferente foi o proferido por Lúcia, 39 anos, moradora de uma residência localizada na Av. Almirante Tamandaré que apresenta linhas neocoloniais, se utilizando de componentes como telhado em ponta, arcos e elementos vazados. Em um primeiro momento, a moradora apresentou uma postura desconfiada quando questionada se teria tempo para uma rápida conversa, o que me lembrou do que afirma Geertz (1997, p. 107), o qual chama atenção para o fato de que é preciso possuir ou desenvolver capacidades para que as pessoas tolerem nossa intrusão em suas vidas ou que nos aceitem como “seres com os quais vale a pena conversar”. Entretanto, após uma rápida apresentação, o diálogo foi estabelecido e, após ter ganho confiança, a entrevistada se mostrou bastante solícita.



Figura 4: A residência onde Lúcia vive com sua família. Fonte: Sidney Pery, 2020.

Também nascida e criada no bairro, quando perguntada sobre as mudanças sofridas ao longo do tempo pelo entorno onde mora, a mesma afirmou que antigamente a rua era de piçarra e que o asfalto é algo relativamente recente. Ademais, estabelecimentos como supermercados e bares foram surgindo no local ao longo do tempo e o policiamento na área também aumentou, segundo a mesma. Ao questioná-la sobre um espaço onde hoje se localiza um bar e lanchonete ali próximo, a moradora respondeu:

*Esse espaço sempre teve... não, é... quando eu era menor, não era bem o bar aí, era tipo uma pracinha que tinha com um... oh meu deus, égua, como é o nome?... era uma pracinha que tinha aí e mais ali ó, tá vendo lá?* (apontando mais adiante)*. Ali era também onde a gente jogava vôlei, jogava futebol...*

Em seu depoimento, ela afirmou que a pracinha era a opção de lazer de sua infância e também que naquela época as brincadeiras eram todas na rua, lamentando o fato de que as crianças de hoje não saibam o que é isto, pois “*só brincam pela internet*”.

*A gente brincava até 1h, 2h da manhã a gente tava brincando. [...] A gente brincava de pira se esconde, de cemitério... ah, era tão bom...*

Quando mencionada a atual existência de uma quadra no lugar, a qual, no entanto, parece estar abandonada, D. Lúcia concorda, e complementa:

*Exatamente! Hoje tá abandonado, mas antigamente... antigamente aqui era mais seguro. A gente podia é ficar, chegar até tarde. Hoje não. É assim, a gente fica assim até uma certa hora. Acho que qualquer lugar tá perigoso. Aí antigamente a gente ficava assistindo aqui ó, filme aqui fora até 1h, 2h da manhã.*

Ela afirma que a existência do bar e lanchonete no local onde se localizava a “pracinha” é benéfica, pois movimenta a área, a qual, segundo ela e outros moradores, chega a ser deserta e perigosa para pedestres em turnos menos movimentados, como o da tarde. Ela afirma também que seus vizinhos são maravilhosos e que a convivência com eles é algo do qual ela não tem nada a reclamar. A relação descrita por ela é de “*um ajudando o outro*”. Lúcia complementa afirmando que:

*Pra gente é tipo assim... pra gente aqui é o melhor bairro, é esse aqui* (rindo)*. Porque aqui tem tudo, né? Tem o comércio ali, tem o Ver-o-Peso, tem o supermercado, tudo o que a gente quer tem aqui.*

Lúcia enfatiza a boa localização do bairro e o fato de poder ir andando a vários lugares. Quando perguntada se havia algo que gostaria de mudar ou reforçar, assim como D. Dinair, sua resposta foi o policiamento. Ela ainda compara a porção mais nova do bairro com a mais antiga, afirmando que a mais antiga também é mais perigosa.

A entrevistada afirma que a residência onde mora sempre foi de sua família e que nunca sofreu modificações. A mesma se encontra relativamente conservada, e, apesar de aparentar pertencer a uma época mais antiga que as de seu entorno; ainda assim, de acordo com os critérios da FUMBEL, possivelmente não poderia integrar o Inventário de Bens de Interesse à Preservação da Cidade. Lúcia diz ainda não notar a existência de um grande número de exemplares arquitetônicos possíveis de serem preservados nessa parte do bairro em comparação com o núcleo antigo e lista os locais possíveis de encontrar tais exemplares, todos pontos localizados na porção antiga da Cidade Velha. Também demonstra possuir conhecimento sobre a delimitação do CHB ao tecer o seguinte comentário:

*“Pra cá* (porção recente) *tu não acha. Pra cá tu não vais achar, vais achar pra lá. Por que eles dizem que a Cidade Velha mesmo é lá... aqui é Cidade Velha também, mas onde tem as coisas antigas é pra lá”.*

A fala de Lúcia demonstra que, para alguns moradores, o fato de a “nova” Cidade Velha não apresentar uma grande quantidade de exemplares arquitetônicos de interesse a preservação faz com que os indivíduos não reconheçam que o antigo também está presente na porção de ocupação mais recente, um ponto de vista que certamente é influenciado pelas concepções e classificações dos órgãos de proteção. Portanto, apesar da delimitação, a carga simbólica que o topônimo “Cidade Velha” carrega é, assim, relacionada essencialmente ao núcleo inicial de ocupação, sendo capaz de vincular a memória acerca de um acontecimento ao espaço urbano, abrangendo temporalidades e a projeção do passado como futuro no presente. Portanto, a toponímia é um vetor de memória (Verguet, 2015, p. 7).

**Considerações finais**

A patrimonialização na “nova” Cidade Velha pode, assim, ser apreendida de maneiras distintas por diferentes sujeitos. É interessante notar que os moradores possuem consciência patrimonial. No entanto, a falta de integração entre os órgãos preservacionistas e a população acaba criando uma barreira para que a educação patrimonial tenha um alcance maior e que, assim, os moradores também atuem como agentes de fiscalização do patrimônio. Ademais, é visível que, apesar de o tratamento concedido às diferentes porções do bairro ser supostamente o mesmo, na prática não é o que ocorre. Depoimentos como o de D. Dinair atestam a dificuldade de diálogo entre ambas as partes envolvidas.

A herança da colonização europeia é, ainda hoje, um critério que determina sobremaneira o que deve ser protegido, diminuindo as chances de certas expressões estéticas ou exemplares de determinado estilo serem preservados. Esse ponto de vista também acaba por afetar a percepção dos indivíduos acerca do patrimônio, condicionando a atribuição de valor dos mesmos às edificações. Cabe aqui rememorar as definições apresentadas por Costa (2004) e Poulot (2009) a respeito do patrimônio, considerando-o como o passado a ser conservado, a herança que deve ser perpetuada como forma de garantir a continuidade de uma cultura. Da mesma forma, Verguet (2015) afirma que:

Cada um tenta compensar o tempo que passa partindo de uma descarga memorial em objetos (materiais e imateriais) como pistas de evocação que permitem estabelecer uma continuidade, pelo menos uma crença em uma continuação dos objetos e dos seres evocados, para nutrir a sensação de permanecer a mesma pessoa ao longo do tempo. Mas quando o passar do tempo impõe rupturas na continuidade estável do ser, a memória autobiográfica é convocada, as memórias são relembradas para manter sua identidade. Assim, o desaparecimento, sobretudo o seu anúncio, provoca uma espécie de recuperação da memória [...] como salvaguarda do desaparecimento antecipado, na forma de memórias emocionalmente fortes (Verguet, 2015, p. 16, tradução do autor).

Assim, ao relacionarmos o pensamento de tais autores ao contexto em que a “nova” Cidade Velha está inserida, é possível estabelecer uma comparação entre os depoimentos de D. Dinair e da moradora Lúcia. Apesar de ambas terem residido a vida inteira no bairro e valorizarem o passado vivido no mesmo, com destaque para o saudosismo de Lúcia, a percepção de ambas em relação ao presente que o bairro vive é completamente oposta, o que é compreensível levando em consideração o fato de morarem em pontos distintos da Cidade Velha e de possuírem diferenças etárias, o que pressupõe repertórios e demandas diferentes. D. Dinair apresenta insatisfação, desejando se mudar do bairro o quanto antes e, inclusive, atribuindo ao mesmo a designação de “*fim do mundo*”, apesar de vantagens oferecidas como a boa localização.

Lúcia, por outro lado, não demonstra o interesse de mudança, não possuindo, portanto, intenções de romper o laço identitário criado com o local, o que Duarte (2015, p. 74) se refere como o sentimento de pertencimento ao lugar. Neste caso, o termo *topofilia*, utilizado por Tuan (2012, p. 5) para descrever o elo criado entre indivíduo e lugar ou ambiente físico também pode ser perfeitamente capaz de traduzir a relação de explícita afetuosidade que Lúcia possui em relação ao local onde mora.

A postura de saudosismo de Lúcia em relação ao bairro se deve a lembranças, em grande parte advindas da infância vivida no local, a qual foi marcada pelas brincadeiras, e a tempos mais recentes, porém não tão distantes, em que a realidade era diferente e os níveis de insegurança pública, ainda não tão alarmantes, permitiam uma maior sociabilidade entre os vizinhos e a realização de atividades que hoje seriam impraticáveis por ela e sua família. A validação do bairro pela mesma decorre, principalmente, a partir de tais memórias.

A evocação de memórias familiares, quando se trata de comprovar o valor patrimonial do objeto, implica uma projeção dos laços familiares no mesmo (Verguet, 2015, p. 16-17). Da mesma forma, a evocação e a verbalização dessas memórias são influenciadas pelo *self* atual do informante, o contexto em que ocorrem e as questões de influência e poder que dependem desse contexto. Tal postura é possível de ser relacionada ao que Nora (1993, p. 9) discorre a respeito da memória, ao afirmar que a mesma “é um fenômeno sempre atual, um elo eterno vivido no eterno presente”, além de ser mágica e afetiva. Neste sentido, o lugar possui potencial de ser identitário, relacional e histórico, fazendo com que a identidade humana pressuponha a identidade do lugar (Norberg-Schulz, 2006, p. 457).

Portanto, as peculiaridades referentes à Cidade Velha fazem com que o patrimônio desperte diferentes reações nos indivíduos, o que acaba por dotar a patrimonizalização de um caráter complexo. Os contrastes decorrentes da oposição entre passado e presente, novo e antigo são ainda mais acentuados na porção mais recente do bairro e suscitam a questão sobre o que deve ou não ser preservado, o que é ou não patrimônio, debate ainda longe de ser esgotado. Não somente o valor histórico, mas também o valor afetivo, decorrente de vivências individuais e coletivas, devem ser levados em consideração ao analisarmos o patrimônio. Como afirma Miranda (2016, p. 408): “a arquitetura não é uma expectadora da história, e sim um ente no qual as várias etapas se impregnam, se juntam ou se excluem. O homem vive o presente construindo o amanhã, em uma maré de constante adaptação e superação”.

**Referências**

BELÉM. Lei Ordinária N.º 7709, de 18 de maio de 1994. *Dispõe sobre a preservação e proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Belém e dá outras providências*. Disponível em http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/paginas/lom.html. Acesso em: 29 jan. 2021.

BISPO, Raphael. Selecionar, disputar e conservar: práticas de comunicação social e  
constituição da memória nacional pelo Iphan. *Revista CPC USP*, n. 11, p. 33-59, Nov  
2010/abr2011.

BOGÉA, Marta; ALMEIDA, E. Esquecer para preservar. *Arqtexto*, UFRGS, v 15, 181-  
209, 2009.

COSTA, Diogo Menezes. Arqueologia Patrimonial: o pensar do construir. *Revista Habitus*, Goiânia, v. 2, p. 333-360, 2004.

COSTA FILHO, Sidney Pery da Silva. *O “sítio da patrimonial”*: Uma análise sobre a outra faceta do bairro gênese da cidade de Belém. 2019. 102 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém.

DE BIASE, Alessia. Aljava com flechas pontiagudas debaixo do braço - a tradução entre narração e interpretação. In: JACQUES, Paola B; BRITTO, Fabiana D (org). *Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea III Alteridade Imagem Etnografia*. Salvador: EDUFBA, 2015.

DUARTE, Cristiane Rose de S. A empatia espacial e sua implicação nas ambiências urbanas. *Revista Projetar*, edição especial de lançamento.p. 70-76, 2015.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: *Memória e patrimônio*: ensaios contemporâneos. R. Abreu and M. Chagas, eds. Pp. 56-76. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

GEERTZ, Clifford. “Do ponto de vista dos nativos”: a natureza do entendimento antropológico. In: *O saber local*: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

MIRANDA, Cybelle Salvador. Ruínas, duração e patrimonialidade. *Rua (UNICAMP)*,  
v.2, p.407 - 424, 2016.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, 1993.

NORBERG-SCHULZ, Christian. “O Fenômeno do lugar”. In: NESBITT, Kate (org.). *Uma Nova**Agenda para a Arquitetura: antologia Teórica (1965-1995)*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação  
Liberdade, 2009.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos*: a sua essência e a sua origem. Tradução Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014.

TUAN, Yi Fu. *Topofilia*: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina, Eduel, 2021.

TUTYIA, Dinah Reiko. *Rua Dr. Assis*: uma incursão pela paisagem patrimonial transfigurada da Cidade Velha.2013. 211 f.Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém.

VERGUET, Céline. Faire la preuve du patrimoine: authentification et plaidoyer patrimonial. l’Argument Historique et l’ argument familial. *Revista Memória em Rede*. Pelotas, v. 5, n. 12. Jan/jun 2015.

**Sites consultados**

http://www.loriga.de/registos.htm. Acesso em: 17 mar. 2021.

1. A lei 7.709/94, também conhecida como Lei do Centro Histórico, dispõe sobre a preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Belém e dá outras providências. A poligonal do CHB e entorno criada em função desta lei é utilizada pela Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL). Ela inclui o núcleo inicial de fundação da Cidade Velha, todo o bairro da Campina e parte do bairro de Batista Campos. O entorno do CHB inclui a porção mais recente da Cidade Velha e parte dos bairros de Nazaré e do Reduto. [↑](#footnote-ref-1)
2. O raio que o parta é uma tendência estética modernizante manifestada na arquitetura desenvolvida em Belém entre os anos de 50 e 60 do século XX. Consiste, principalmente, na utilização de cacos de azulejos para a composição de mosaicos coloridos e com motivos geométricos em fachadas de residências. A dissertação apresentada por COSTA (2015) intitulada “Raio que o parta! assimilações do modernismo nos anos 50 e 60 do século XX e seu apagamento em Belém (PA)” se faz essencial para compreender e documentar esta manifestação arquitetônica. [↑](#footnote-ref-2)